



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS (CSHNB)
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**Lutas e vivências do MEB na organização dos camponeses na região de
Picos – 1980/1990**

Erik Willer Alves Rodrigues

Picos-PI

2017

Erik Willer Alves Rodrigues

**Lutas e vivências do MEB na organização dos camponeses na região de
Picos – 1980/1990**

Trabalho apresentado para obtenção de nota da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) orientado pela Professora Me. Ana Paula Cantelli Castro.

Picos-PI

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

R696I Rodrigues, Erik Willer Alves.

Lutas e vivências do MEB na organização dos camponeses na região de Picos – 1980/1990. / Erik Willer Alves Rodrigues. – 2017.

CD-ROM : 4 ¾ pol. (53f.)

Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos-PI, 2017.

Orientador (a): Profa. Me. Ana Paula Cantelli Castro.

1. Movimento de Educação de Base. 2. Educação Popular.
3. Teologia da Libertação. I. Título.

CDD 370.115



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos sete (07) do mês de Julho de 2017, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Erik Willer Alves Rodrigues** sob o título **Lutas e sobrevivências do MEB na organização dos camponeses na região de Picos – 1980/1990**.

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof^ª Ma. Ana Paula Cantelli Castro

Examinador 1: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe

Examinador 2: Prof. Me. Rodrigo Gerolineto Fonseca

Deliberou pela Aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 9,0.

Picos (PI), 06 de Julho de 2017

Orientador (a):

Paula

Examinador (a) 1:

Agostinho Júnior H. Coe

Examinador (a) 2:

Fonseca

AGRADECIMENTOS

Nesse momento de fim de curso, muitos desafios e percalços foram enfrentados e sem a contribuição e o apoio de muitas pessoas não seria possível chegar até aqui. Concluir o curso de História é a realização de um sonho e sou muito devedor a todas as pessoas que colaboraram para que esse momento chegasse.

Gostaria de agradecer aos professores do curso de História de Picos pelos ensinamentos que muito engradeceram a minha formação. Em especial à minha orientadora, Ana Paula Cantelli Castro, sempre à disposição de me incentivar e apoiar na construção desse trabalho.

Agradeço também a oportunidade de ter sido bolsista no Programa de Educação Tutorial – PET “Cidade, Saúde e Justiça” onde pude enriquecer a minha experiência na universidade. Agradeço ainda aos companheiros do Levante Popular da Juventude, do Movimento dos Pequenos Agricultores, da Rede de Educação Cidadã e tantos outros militantes da cidade de Picos com quem pude compartilhar diversos momentos de luta que guardarei com muito carinho para sempre em minha memória.

Agradeço aos depoentes Gertrudes Maria de Jesus Oliveira, Helvídio João de Lima, José Emanuel de Oliveira, Maria Oneide Fialho Rocha e Maria Verônica Meneses Monteiro que me receberam e muito solícitamente me concederam as entrevistas.

Sou muito grato a minha família, pelo carinho e amor incondicional que dão sentido a minha existência. Por fim, agradeço aos amigos e amigas, que estiveram comigo durante esses anos, a todos vocês meu muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a influência do Movimento de Educação de Base (MEB) na organização dos camponeses e das camponesas da região de Picos nas décadas de 1980 e 1990, caracterizando e contextualizando o MEB no Brasil e suas particularidades na macrorregião de Picos e Identificando as formas de atuação, projetos e iniciativas do MEB junto aos camponeses da macrorregião de Picos.

PALAVRAS CHAVES: Movimento de Educação de Base – Educação Popular – Teologia da Libertação

ABSTRACT

The present work has as main objective to analyze the influence of the Basic Education Movement (MEB) on the organization of peasants and peasants in the Picos-PI region in the 1980s and 1990s, characterizing and contextualizing MEB in Brazil and its particularities in the Macroregion of Picos and Identifying the forms of action, projects and initiatives of the MEB with the peasants of the macro-region of Picos.

KEY WORDS: Basic Education Movement - Popular Education - Liberation Theology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1	
O MEB NO BRASIL E SUAS PARTICULARIDADES NA MACRORREGIÃO DE PICOS.....	15
1.1. Teologia da Libertação, Educação Popular e MEB: Contexto sócio histórico da realidade nacional e regional	15
1.2. Contextualizando o MEB na macrorregião de Picos.....	19
CAPÍTULO 2	
O MEB E SUA RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA: FORMAS DE ATUAÇÃO, PROJETOS E INICIATIVAS NA MACRORREGIÃO DE PICOS.....	28
2.1. Questão agrária nas realidades brasileira e piauiense: desenvolvimento histórico e tendências recentes.....	28
2.2. Principais iniciativas político-organizativas do MEB junto aos camponeses: lembranças e vozes dos sujeitos.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49

INTRODUÇÃO

As experiências históricas concretas da organização e resistência dos camponeses e das camponesas no Brasil em geral e no Piauí em particular, constitui ainda hoje um campo aberto a análise na perspectiva dos de “baixo”. Trata-se de um esforço de recuperar aspectos da vida, do trabalho e da memória de um importante e expressivo segmento da classe trabalhadora.

Nesse sentido, esta monografia tem como objetivo principal analisar a influência do Movimento de Educação de Base (MEB) na organização dos camponeses e das camponesas da região de Picos nas décadas de 1980 e 1990. Como objetivos específicos pretendemos: a) Caracterizar e contextualizar o MEB no Brasil e suas particularidades na macrorregião de Picos e b) Identificar as formas de atuação, projetos e iniciativas do MEB junto aos camponeses da macrorregião de Picos

O interesse inicial, que surge dessa experiência pessoal, mas também coletiva, é o de escrever a história, de homens e mulheres do campo da região de Picos, que sempre costumam rememorar com um simbólico saudosismo a riqueza das experiências compartilhadas no assenso da luta de massas no Brasil na década de 1980. E que nessa região, o nível de organização, mesmo com as dificuldades, até meados/fins da década 1990 tem uma memória de grande importância e um acúmulo fundamental de vivências para os movimentos sociais no estado do Piauí. Uma vez que é nessa época que surgem os movimentos dos trabalhadores e a partir de então os demais movimentos sociais na macrorregião de Picos, como veremos no segundo capítulo.

Para compreendermos um pouco do que significou esse período no Piauí e no Brasil, é particularmente interessante o que nos diz o professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e militante histórico da Juventude Católica (JUC) e do movimento estudantil e sindical, além de também quadro histórico do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado, Antônio José Medeiros, em seu livro-depoimento 1968: *Uma geração contra a ditadura*:

Em 1983, foi criada a CUT em São Bernardo do Campo, São Paulo. O Piauí participou com uma delegação de 100 pessoas, composta na maioria por trabalhadores rurais. Mas já eram muitos os dirigentes ou grupos de oposição sindical organizados de várias categorias urbanas. Particpei da primeira direção nacional, representando o Piauí (...). No congresso estadual, foi

eleito presidente o José Pereira da Silva, liderança popular e sindical de Floriano. Na década de 1980 (...) além da consolidação do processo de redemocratização, houve um grande fortalecimento da sociedade civil no Brasil. É preciso entender que esses dois aspectos estão interligados, mas são distintos. Uma sociedade civil se fortalece, quando não é cerceada em suas manifestações e opções pelo controle ou repressão do estado; aqui estão em jogo democracia versus ditadura. Mas uma sociedade civil se fortalece quando cresce o número de setores sociais que adquirem capacidade de se expressar, se organizar e ter influência na vida econômica, social e cultural; aqui está em jogo o protagonismo de novos atores sociais antes secundarizados ou marginalizados. As comunidades de base e as pastorais sociais, organizadas pela Igreja, foram um instrumento de participação cidadã nessa época, de milhões de pessoas pobres, tanto do campo como nas periferias das cidades. Surgiram novos sujeitos sociais e populares, somando-se à classe média que desde os anos 1930 exercia com mais efetividade sua cidadania, rompendo o exclusivismo das elites (MEDEIROS, 2014, p. 199).

A força dos processos organizativos, de formações políticas e de lutas coletivas, organizadas por sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda e principalmente a Igreja Católica, no campo e na cidade, na década de 1980, se faz presentemente concreta no cotidiano da vida, ainda hoje de luta, de um número significativo dos/das militantes piauienses que fazem parte dessa geração.

A busca inicial de informações e de fontes se deu no decorrer de um projeto de pesquisa construído quando fui bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) “Cidade, Saúde e Justiça” da UFPI/CSHNB, entre os anos de 2012 a 2014. O projeto objetivava dar conta da tarefa, que depois se mostraria impossível para mim (em tal contexto e pela amplitude de sujeitos/as) pesquisar a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores, do campo e da cidade, na região de Picos na década de 1980.

Ainda assim, essa experiência no PET me proporcionou o contato e o estudo da dissertação de mestrado de Oneide Rocha, sobre o MEB na região de Picos no período de 1985-1995 e a descoberta de um livro, produto de uma pesquisa realizada a pedido da Diocese de Picos ao Instituto de Estudos da Religião (ISER), através do Programa de Assessoria às Organizações de Base e Entidades Ecumênicas, qual seja, *O caminhar de uma Igreja nordestina: avaliação pastoral da Diocese de Picos*, de Rogério Valle e Clodovis Boff da coleção “Perspectivas Pastorais” da Editora Paulinas.

Segundo a apresentação de tal obra, assinada pelo Padre Cleto Caliman (Secretário Geral do Instituto Nacional de Pesquisa Pastoral da época) esta publicação é “o primeiro de

uma série de análises e comentários de avaliações de igrejas particulares”. Diz ainda: “Eis aí um instrumento de reflexão à serviço da Igreja¹”.

Na pesquisa do ISER, construída em conjunto com uma equipe local de avaliação, são analisadas as atividades pastorais, políticas e religiosas na perspectiva de que as ações construídas pela Diocese (criada na década de 1970), nessas áreas, representam “a presença transformadora” da Igreja em Picos.

Posteriormente, no dia da primeira entrevista que fiz com Oneide Rocha, já sob orientação da professora Ana Paula Cantelli Castro, me foi cedido o documento-relatório dessa pesquisa do ISER, produto das discussões internas da Diocese, contando inclusive com um relatório das atas das Assembleias Pastorais Diocesanas e o relatório da pesquisa documental feita por Maria das Dores Rufino, neste constam informações que vão de 1975 a 1984.

As atividades dessa pesquisa contam com: um levantamento socioeconômico sobre a região; uma pesquisa documental nos arquivos da Diocese; um mapeamento eclesial através de quarenta questionários distribuídos entre as comunidades; uma análise por comunidades representativas, escolhidas segundo os critérios de localização, antiguidade e de afinidade ou não com a linha pastoral da Diocese; uma série de entrevistas realizadas por um pesquisador do ISER (não se esclarece quem é, mas possivelmente seja Rogério Valle, assessor do ISER que acompanhou a pesquisa/avaliação); e a realização de uma Assembleia Diocesana para apresentação dos resultados para o início do “verdadeiro” processo de avaliação nas comunidades.

A experiência no PET, também foi positiva para esse trabalho de conclusão de curso no sentido do contato com a Educação Popular e a teoria freireana, a partir das contribuições da professora Janille Ribeiro, então tutora do PET.

Todo esse processo anterior foi muito importante para a construção do quase longo período de contato com o tema e também para definir o formato em que o trabalho se encontra hoje.

Nossa pesquisa está estruturada, além da introdução e considerações finais, em dois capítulos. O primeiro, *O MEB no Brasil e suas particularidades na macrorregião de Picos*, é subdividido em dois tópicos: 1.1. *Teologia da Libertação, Educação Popular e MEB:*

¹ CALIMA, Pe. Cleto. Apresentação. In: *O caminhar de uma Igreja nordestina: avaliação pastoral da Diocese de Picos*. VALLE, Rogério; BOFF, Clodovis. São Paulo: Paulinas, 1983.

Contexto sócio histórico da realidade nacional e regional e 1.2. Contextualizando o MEB na macrorregião de Picos.

Já o segundo capítulo, intitulado *O MEB e sua relação com a organização camponesa: formas de atuação, projetos e iniciativas na macrorregião de Picos*, se estrutura nas seguintes partes: 2.1. *Questão agrária nas realidades brasileira e piauiense: desenvolvimento histórico e tendências recentes* e 2.2 *Principais iniciativas político-organizativas do MEB junto aos camponeses: lembranças e vozes dos sujeitos*.

Para alcançarmos nossos objetivos, do ponto de vista metodológico, estabelecemos uma combinação entre pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Na pesquisa bibliográfica, expressa nos dois capítulos do trabalho, utiliza-se de formulações clássicas do pensamento social brasileiro e da literatura específica referente ao objeto desta monografia.

Na pesquisa documental, trabalhamos com edições do Boletim MEB HOJE – Regional Norte-Nordeste. As edições são a Nº 16, de abril de 1982; Nº 22, de novembro de 1982; Nº 37, de março de 1984; Nº 41, de julho 1984, construídos pelo MEB de Picos em coletivo com os MEB's do Norte-Nordeste, especialmente a área compreendida à atuação do CEPI – Ceará e Piauí.

Para nos dar ainda mais subsídios para pensar a metodologia, atividades, ações e o universo simbólico da pedagogia do MEB na região de Picos, analisaremos as publicações: Cadernos MEB “A alfabetização de adultos e o MEB no nordeste: relato de uma experiência em processo” (1987); Cadernos MEB “Subsídios” que é um “esboço do programa bienal de 1989-1990”; Plano Trienal (1993-1995) publicado em 1993 pela equipe nacional do MEB em articulação com o Plano Global do MEB; Relatório Trienal (1990-1992) que faz referência ao Seminário de Avaliação do MEB (SAMEB) de 1986 em Teresina-PI e aponta elementos do universo pedagógico da “vida do MEB”; Relatório Anual (1992) que conta com o relatório do trabalho de Educação Popular em todos os departamentos do ano de 1992; Relatório Anual (1993) que apresentam os relatórios como um compromisso ético e cidadão no sentido da política financeira do MEB com órgãos do governo, agências internacionais e também das Dioceses e comunidades.

Todas essas publicações foram gentilmente cedidas pela Oneide Rocha, que nos ajudarão a ter uma visão geral das atividades desenvolvidas pelo MEB de Picos e seus objetivos e estratégias, com foco no processo de alfabetização de jovens e adultos do campo e de atuação

nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) e Associação de Trabalhadores Rurais (ATR's). Essa área de atuação do MEB era vinculada às atividades da “luta sindical”.

Já a pesquisa empírica, procedeu a partir da realização de entrevistas com militantes do MEB no recorte estudado. O esforço analítico, com base em tais entrevistas, é discutir os elementos fundamentais da mediação evidente do trabalho político organizativo do movimento camponês com a Educação Popular do MEB. E a partir disso dar conta de compreender o processo organizativo do movimento camponês da região de Picos. As experiências vividas por essa classe, a camponesa, em seu processo contraditório de tornar-se classe para si, são importantes para a construção deste trabalho. Para Thompson:

As classes se constituem ao viverem os homens e as mulheres suas relações de produção e ao experimentarem suas situações determinantes dentro do conjunto de relações sociais, com uma cultura e uma expectativa herdadas e ao modelar essas experiências em formas culturais. De modo que, ao final, nenhum modelo pode proporcionar-nos o que deve ser a verdadeira formação da classe em uma determinada etapa do processo. Nenhuma formação de classe propriamente dita na história é mais verdadeira ou mais real do que a outra, e classe se define a si mesma no seu efetivo acontecer. (*apud* RIBEIRO, 1984, p. 38).

A Diocese e o MEB de Picos, através de ações educativas e também de lutas, expressavam uma linha pastoral influenciada pela Teologia da Libertação, exercendo um papel de destaque na organização do movimento camponês e na Educação Popular no Piauí e em diversas regiões do Brasil.

Portanto, num contexto político, social e cultural específicos, em que setores mais progressistas da Igreja Católica (influenciada pela Teologia da Libertação) promoveram a organização, a formação educacional/política e a luta de diversos setores populares, do campo e da cidade na região de Picos, desencadeou um processo organizativo notório dos/das trabalhadores/as. Em uma perspectiva clara de valorização da cultura popular sertaneja através do ideal de uma vivência religiosa comunitária-cidadã.

Essas pessoas vivenciaram um processo que proporcionou a ampliação dos elementos de percepção da realidade através de ações religiosas, educativas e também políticas que fundamentaram ações interventivas na realidade social e política da região do Vale do Guaribas.

Segundo Marlene Ribeiro (2010, p. 42), citando Kolling, o uso da expressão “campo” tem o objetivo de abranger o sentido atual do trabalho camponês, suas lutas sociais e culturais. Identificamos o “camponês” ou “campesinato” como uma categoria histórica, relacionada a uma forma específica do uso dos recursos da natureza. Não se quer ter a intenção de projetar o conceito atual do “campesinato” à realidade do recorte estudado, ou seja, à noção que utilizamos na pesquisa de “campo” não é a mesma do MEB da década de 1980 e 1990.

Para Guzmán e Molina (2013, p. 79):

O conceito de campesinato evoluiu muito desde a sua consideração como um segmento social integrado por unidades domésticas de produção e consumo que, apesar de sua mudança histórica, mantinha algo genérico (Archetti, 1978; Shanin, 1971 e 1990), até a sua conceituação agroecológica atual. Isto é, o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução (Nogaard, 1994) que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental (Toledo, 1995). (...) Nesse sentido, o campesinato é uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases de reprodução biótica dos recursos naturais.

O uso “camponês” em contraponto ao “rural” é apresentada no sentido de expressar os limites entre o campo e a cidade, à separação entre o trabalho braçal enraizado na cultura, no saber e na identidade popular camponesa e o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da cidade/industrial e comercial.

Ainda que a cidade de Picos seja um município com muitos aspectos culturais camponeses e a separação entre campo e cidade complexa, as especificidades da organização e do movimento camponês se diferenciam das particularidades do trabalho e da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras da cidade. Para Marlene Ribeiro:

Nos anos 1990, os movimentos sociais populares rurais/do campo, liderados pelo MST, incluem a educação como uma de suas primeiras demandas (MST, 2005), associada a “um projeto popular para o Brasil” (Benjamin, 2000) e que, por isso mesmo, assume uma dimensão utópica (Morigi, 2003). Contrapondo-se ao rural como negação histórica dos sujeitos que vivem do trabalho da/com a terra, esses movimentos ressignificam a si mesmos, enquanto sujeitos políticos coletivos, e à sua educação. Campo, portanto, não quer significar o perfil do solo em que o agricultor trabalha, mas ao projeto histórico de sociedade e educação que vem sendo forjado nos e pelos movimentos campesinos (FERNANDES; MOLINA, 2004).

O conceito traz o sentido da defesa do direito coletivo, público e democrático do uso das terras, na perspectiva ideológica e prática de construção de um Projeto Popular para o Brasil. Projeto político fortemente referenciado pelos principais movimentos sociais do campo no Brasil. Caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e outros movimentos ligados à Via Campesina, articulação internacional de movimentos sociais e organizações populares no campo.

Projeto político também germinado nos processos organizativos da década de 1980, embora sua historicidade tenha origens nas lutas pelas Reformas de Base na década de 1960 e nas lutas contra todo o período da Ditadura civil-militar, fortemente ligado e influenciado por setores da Igreja Católica que deram origem a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao MST, etc.

Dentro desse processo, alicerçado nos movimentos sociais, está o rico acúmulo histórico em Educação Popular do MEB e da esquerda no Brasil. A Educação Popular carrega o simbólico e o concreto do processo de organização do povo brasileiro, de um sentimento de luta e organização, de teoria e prática, numa perspectiva crítica que propiciou à homens e mulheres, experiências em que eles e elas foram sujeitos/as da sua história e da história de sua comunidade.

Mas as consequências subsequentes das relações e das contradições que se estabelecem a partir da complexidade de uma instituição como a Igreja Católica, representada na região em nível de instância máxima na Diocese de Picos, envolvida no processo de organização política dos/das trabalhadores/as do campo e da cidade, carregam a tentativa nada imparcial ou neutra, na orientação direcionada à construção de um determinado tipo de sujeito/a, que recebeu uma educação com uma proposta especificadamente construída para atender ao tipo de sociedade que se pretendia construir.

Com o agravante das mais diversas implicações das relações de poder exercidas pela elite política e da Igreja da região (que permeiam os movimentos populares e as camponesas e os camponeses em movimento) em confronto com setores mais progressistas da mesma instituição e as estratégias de resistência e luta do movimento camponês; tudo isso em tempos de ditadura civil-militar, do fim dela e do início do processo de redemocratização.

O que se espera dos pobres? Quem é pobre? Quem é povo? Qual liberdade? Essas perguntas apontam que os termos que definiram esse/a sujeito/a pretendido/a e a sociedade que deveria ser construída e sonhada pelos pobres, com a mediação da religião e da cultura popular, foram uma pretensão e acima de tudo uma vontade, parcial e política, permeada pelas relações de poder da sociedade brasileira.

Esta pesquisa, enfim, pretende apontar elementos desse processo, mas as fontes são trabalhadas no sentido de compreender como o MEB, orientado pela linha teológica-pastoral da Diocese de Picos, promovia a organização das camponesas e dos camponeses, através de ações, atividades e lutas orientadas e iluminadas pela Educação Popular e permeadas de elementos da teoria freireana.

1. O MEB NO BRASIL E SUAS PARTICULARIDADES NA MACRORREGIÃO DE PICOS

Neste capítulo apresentaremos a história do Movimento de Educação de Base no Brasil e sua constituição e atuação na macrorregião de Picos no estado do Piauí. Para isso será necessário relacionar a gênese e o desenvolvimento do MEB com o contexto sócio histórico e econômico do país e do estado, tendo em vista que este está inserido numa dinâmica mais ampla de lutas e contradições das conjunturas de cada época (1960 a 1990). Assim, procuraremos construir uma leitura sobre o movimento que leve em consideração a totalidade² dos processos educativos, organizativos e políticos próprios do MEB e sua relação dialética com a história do país e do estado piauiense.

1.1. Teologia da Libertação, Educação Popular e MEB: Contexto sócio histórico da realidade nacional e regional

O MEB surge em 21 de março de 1961 num contexto de grande efervescência político-cultural no Brasil, marcada pela ascensão, construção e fortalecimento do movimento de educação popular que ocorre em todo o país e na América Latina. Vinculado organicamente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e com o apoio institucional do Governo Federal.

A partir da década de 1950 emerge em cenário nacional o movimento político-ideológico do nacional-desenvolvimentismo que passa a nortear as ações e planejamento do Estado brasileiro tendo como principal porta voz o presidente Juscelino Kubitschek. Com o projeto de modernização e desenvolvimento industrial que pretendia inserir o país de forma mais dinâmica na economia internacional, várias dimensões da vida nacional são impactadas e

²A concepção materialista-dialética de totalidade significa em primeiro lugar, a unidade concreta de contradições inter-atuantes [...]; em segundo lugar, significa a relatividade sistemática de toda totalidade, tanto para cima como para baixo (ou seja, que toda totalidade está constituída de totalidades a ela subordinadas e que também ela é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade maior); e, em terceiro lugar, a relatividade histórica de toda totalidade, isto é, que o caráter-de-totalidade de toda totalidade é mutável, está limitado a um período histórico concreto, determinado”. (MÉSZÁROS *apud* NETTO, 2009, p.691)

influenciadas por esse contexto de intensas mudanças, seja no campo da cultura, da política e na mobilização da sociedade civil.

Na tentativa de traduzir os ideais e valores do nacional-desenvolvimentismo para a educação brasileira, surge já em meados de 1950 o Movimento de Educação Popular que tem em Paulo Freire a referência basilar. A partir da leitura crítica dos projetos educacionais que historicamente foram destinadas as classes populares, esse movimento propõe uma ressignificação do próprio conceito de “popular”, inserindo a este, uma dimensão política, cultural e ideológica de novo tipo³. Segundo Paludo (2001):

É nos anos 1960, com Paulo Freire, que no Brasil se tem, pela primeira vez, de forma consciente, uma pedagogia anunciada das classes populares. Pela primeira vez, começa-se a conceber uma pedagogia na educação brasileira (e latino-americana) que leva em consideração a realidade brasileira com vistas à sua transformação, em que as classes populares assumem papel central (p. 91).

O MEB, portanto, faz parte de um conjunto de experiências educacionais e políticas que passam a materializar através de trabalhos com os setores populares os ideais e formulações de Paulo Freire e outros pensadores. Destaca-se também, o Movimento de Cultura Popular (MCP) e os Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE).

³ Segundo Silva (2008) “Nesse cenário, não podemos deixar de destacar a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura ainda no governo Café Filho. O ISEB iniciou suas atividades quando Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República, quando o país acelerava sua industrialização, com a ampliação dos investimentos privados nacionais e estrangeiros, além do investimento estatal. Dentro do ISEB, os principais formuladores do projeto de desenvolvimento nacional foram Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Para esses intelectuais, o Brasil só poderia ultrapassar a sua fase de subdesenvolvimento pela intensifica o da industrializa o. A política de desenvolvimento deveria ser uma política nacionalista, a única capaz de levar   emancipa o e   plena soberania. Sua implementa o introduziria mudanças no sistema político, determinando a substitui o das antigas elites dirigentes do país. Embora não tenha sido dominante, o nacionalismo desempenhou, como ideologia, uma fun o importante nos anos 50 e 60, na medida em que serviu como instrumento de mobiliza o política. As ‘teorias isebianas’, através dos conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final de anos de 1950, passam a influenciar decisivamente o pensamento brasileiro da época, tanto no plano político como cultural. No início de 1960 dois movimentos realizaram, de maneira diferenciada os ideais políticos tratados teoricamente pelo ISEB, no caso, o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE” (p. 24).

O MCP surgido em 1960 atuou na cidade de Recife sob coordenação de Freire e com o apoio financeiro da prefeitura da capital pernambucana, sob administração de Miguel Arraes. Segundo o seu estatuto de fundação, o movimento pretendia:

1. Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2. Atender ao objetivo fundamental da educação que é desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; 3. Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho; 4. Colaborar para a melhoria do nível material do povo através da educação especializada e 5. Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da Cultura Popular (FREIRE, 2006, p. 129).

Já o CPC, órgão cultural da UNE, fundado em 1961 na cidade do Rio de Janeiro desenvolvia inúmeras atividades artísticas no campo do teatro, da música, do cinema, da literatura, etc. com o objetivo de estabelecer o diálogo entre a universidade e a cultura popular, tendo como principais formuladores Carlos Estevam e Ferreira Gullar. Defendiam uma concepção de arte vinculada a um projeto político classista e revolucionário. A cultura popular, nesta perspectiva, seria o conjunto teórico prático que co-determina, juntamente com a totalidade das condições materiais objetivas, o movimento das massas em direção à conquista do poder na sociedade de classes (BERLINCK, 1984).

Nessa direção o MEB se soma ao MCP e ao CPC como mais um movimento que irá promover ações junto às classes subalternas um intenso trabalho de conscientização, formação e mobilização social, consolidando a educação popular como um potente movimento no contexto dos anos 1950 e 1960. Esta entendida como:

(...) uma gama ampla de atividades educacionais cujo objetivo é estimular a participação política de grupos sociais subalternos na transformação das condições opressivas de uma existência social. Em muitos casos, as atividades de ‘educação popular’ visam o desenvolvimento de habilidades básicas, como a leitura e a escrita, consideradas como essenciais para uma participação política e social mais ativa. Em geral, seguindo a teorização de Paulo Freire, busca-se utilizar métodos pedagógicos – como o método dialógico, por exemplo - que não reproduzam, eles próprios, relações sociais de dominação (DA SILVA, 2000, p. 34).

Importante frisar que o MEB é fruto e consequência de um processo de mudanças e tensionamentos que ocorreram no interior da Igreja Católica em escala mundial que tem como

marco o Concílio Vaticano II (1961-1965) em que diversos setores da própria Igreja conseguem imprimir uma inflexão mais progressista as orientações e ações da instituição.

Na América Latina, a partir das novas possibilidades abertas pelo Concílio, aprofundou-se uma reflexão acerca da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos por religiosos e intelectuais cristãos, alimentando e gestando o que mais tarde tornou-se a Teologia da Libertação. Essa teologia caracteriza-se pela aproximação orgânica entre campos da Igreja Católica com os movimentos e demandas populares, além de um diálogo, mesmo que contraditório, entre cristianismo e marxismo⁴.

Consolidando-se como um importante movimento teológico, mas também político, na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1968). Para Boff (1981), “a Igreja optou pelo povo, pelos pobres, por sua libertação integral e pelas Comunidades Eclesiais de Base. Aqui se erige o marco básico e oficial da nova Igreja que se propõe encarnar-se nas classes dominadas e mantidas subalternas” (p. 66-67). Em 1979 na cidade de Puebla de Los Angeles (México) os princípios e orientações da Teologia da Libertação são reafirmados e atualizados em pleno recrudescimento dos regimes ditatoriais em diversos países do continente.

Dentre as diversas ações promovidas pelo MEB destaca-se a alfabetização de jovens e adultos através das chamadas Escolas Radiofônicas localizadas principalmente em municípios da zona rural e periferias das grandes cidades nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A partir da produção de materiais didáticos próprios, como a cartilha “Viver é Lutar”, o movimento teve um papel decisivo nas lutas democráticas nas décadas de 1960⁵.

A alfabetização foi compreendida desde logo no movimento como integrada à conscientização. Procurando dar uma visão transcendental do homem e

⁴ Para maior aprofundamento da relação entre marxismos e cristianismo, ver texto de Michael Lowy: *Marxismo e Cristianismo na América Latina*. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000400002 (acesso em 21/01/2017).

⁵ O movimento iniciado em 1961 visava atingir apenas as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste; entretanto, em virtude do decreto N° 52.267 do governo federal em 1963, o MEB ampliou seu âmbito geográfico de atuação e se desdobrou em novas escolas e “sistemas”, afim de atender todas as “áreas subdesenvolvidas do país”. No ano de 1962, o MEB já havia multiplicado o número de seus “sistemas” (11 em 1961, 31 em 1962), duplicando o número de emissoras a disposição do programa (10 em 1961, 19 em 1962) e passando a atuar em 11 estados da federação (7 em 1961). Os treinamentos das equipes locais, monitores, líderes rurais, chegaram a atingir 3.709 pessoas e os alunos concluintes se elevaram de 38.734 em 1971 para 108.571 em 1962. Já em 1963 quando o movimento atingiu sua maior amplitude eram 14 os estados atingidos num total de 59 “sistemas” e 101.066 alunos concluintes. Nos anos seguintes – até 1965 – essas cifras decresceram em torno de 40% em face das novas condições políticas do país. Somente no ano de 1964, os dados de março e dezembro nos permitem ver a paralização progressiva de diversos “sistemas”: das 6.218 escolas radiofônicas atuantes em março restavam apenas 4.554 em dezembro. (Paiva, 2003, p. 271)

despertando - o para os engajamentos concretos em organizações profissionais, organizações de classes e grupos que visem ao desenvolvimento das comunidades (MEB - Nacional O Conjunto Didático “Viver e Lutar”, 1964 *apud* WANDERLEY, 1984, p. 54).

O golpe civil-militar de 1964 no Brasil teve essas experiências de educação popular como alvos prioritários, intervindo diretamente sobre os projetos, ações e intervenções do MCP, CPC, MEB e outros. Considerados “subversivos” pelas forças golpistas, lideranças foram perseguidas e presas, materiais didáticos apreendidos e destruídos, escolas fechadas, projetos suspensos ou impedidos de dar continuidade, enfim, esses movimentos foram duramente desarticulados e criminalizados pelo poder instituído.

A tomada do poder pelos militares acarretou imediatamente o fechamento ou a paralisação momentânea das atividades de muitas escolas radiofônicas do MEB. A partir de então as dificuldades financeiras que a entidade – criada e mantida com verbas federais – passou a enfrentar determinaram a restrição de suas atividades. Além disso, progressivamente, o MEB foi perdendo as características adquiridas no período 1962/1964 passando por um período intermediário de modificações na sua orientação (1964/1966), até poder voltar a receber apoio oficial e integrar-se posteriormente no programa nacional lançado pelo governo em 1970. (Paiva, 2003 p. 310).

Em substituição às ações anteriores de enfrentamento ao analfabetismo, o governo ditatorial implementa um conjunto de ações para combater ideologicamente os princípios e o legado difundidos pelos movimentos de educação popular. Tendo como principal expoente o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), orientado e dirigido desde uma perspectiva tecnicista e autoritária.

Encerra-se, portanto, uma primeira fase do MEB, fortemente marcada por uma concepção classista de educação e comprometida politicamente com as lutas e anseios das classes oprimidas. Nos anos posteriores, já com o controle da educação e do poder político pelos militares, o MEB atuará sob circunstâncias extremamente adversas, oscilando entre

posições mais progressistas ou moderadas de acordo com a realidade de cada Diocese e da correlação de forças locais em cada departamento⁶.

1.2. Contextualizando o MEB na macrorregião de Picos

O Movimento de Educação de Base teve uma atuação intensa no Piauí desde a década de 1960 como podemos observar no quadro abaixo⁷:

ANO	Nº de municípios atingidos	Nº de escolas radiofônicas	Nº de alunos	Nº de membros da equipe MEB
1962	03	33	820	16
1963	15	139	2.575	16
1964	22	288	6.665	16
1965	21	209	3.256	07
1966	20	187	1.457	06

Porém, a fundação do MEB na região de Picos se dá tardiamente, somente ocorrendo em 1982, após a criação da Diocese em 1975. Quando a partir da construção da barragem no município de Bocaina, localizada a 30km de Picos, pelo 3º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (3º BEC) no início de 1981, 167 famílias foram atingidas diretamente. Assim, o MEB se instala na região de Picos e apresenta como marco a assessoria e acompanhamento dessas famílias atingidas.

Importante destacar que mesmo antes da criação da Diocese e da chegada do MEB na cidade, observamos que já existia uma dinâmica comunitária e organizativa, mesmo que incipiente e pautados prioritariamente em ações religiosas, bastante pulsante. No final de década de 1970, as comunidades que serão futuramente atingidas pela barragem, segundo o documento “Avaliação Pastoral da Diocese de Picos” (1990) se organizam a partir de um conjunto de ações pastorais dentre elas: Círculos Bíblicos, Campanha da Fraternidade, e o Curso de Formação Cristã. Além disso, há uma atenção especial para a organização e

⁶ O MEB Se organiza e atua a partir de departamentos, que abrange de acordo com a área de atuação da Diocese de cada região.

⁷ FONTE: Duarte, apud Sousa. Fonte: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.11/GT16.PDF> (Acesso em 21/01/2017).

participação dos jovens na vida comunitária e “à importância e à relevância do trabalho e da participação das mulheres” (p. 8).

Certamente este acúmulo organizativo e essas experiências associativas que fazem parte das comunidades da região, influenciaram direta e indiretamente a própria atuação da Diocese e do MEB, inclusive na resistência e luta no processo de construção da barragem de Bocaina.

Os relatos e documentos da época revelam que a construção dessa obra foi determinante para o acirramento das contradições e das lutas sociais na região, tendo o MEB um papel decisivo no acompanhamento das demandas e negociações dos trabalhadores rurais junto ao poder público e ao 3º BEC. Segundo Rocha (2011):

A partir do trabalho pioneiro no município de Bocaina e de acordo com os apelos da realidade, o MEB foi estendendo a ação educativa para outros municípios, atuando em sintonia com os objetivos do MEB nacional e da diocese de Picos que visavam contribuir para o surgimento e fortalecimento de grupos, comunidades, organizações e movimentos populares, numa perspectiva cristã de transformação social. (p. 82)

É emblemático nesse contexto, por exemplo, o engajamento dos trabalhadores de Bocaina nas comunidades eclesiais de base, no sindicato dos trabalhadores rurais, na Associação de Pequenos Agricultores e a própria fundação do Partido dos Trabalhadores – PT. O que explicita o avanço da conscientização e o salto de qualidade no processo organizativo dos atingidos e da população em geral. Assistimos, assim, “a passagem do movimento puramente econômico e corporativo (ou egoístico-possessivo) ao movimento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. A passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade a liberdade”. (GRAMSCI, 2006, p. 101)

Observamos, portanto, a manifestação de uma consciência crítica (Freire, 2005) e uma disposição para a resistência e luta dos trabalhadores impulsionadas, sobretudo, pelo MEB e suas lideranças. O depoimento abaixo é revelador do trabalho político-organizativo que o movimento desempenhou naquele momento:

Com relação às famílias. Eu lembro que eles tiveram um trabalho enorme para acompanhar, cada família, de casa em casa, convidando para as reuniões, foram várias reuniões até convencer o povo da necessidade de se organizar, enfrentar o que parecia ser impossível, que era o 3º BEC na época, o responsável pela construção. Nem todo mundo aderiu ao movimento, mas

uma grande parte deu-se as mãos e passaram a lutar, reivindicando a indenização, e um serviço justo, posso dizer assim⁸.

No periódico *MEB Hoje* Nº 22 de novembro de 1982, é relatado algumas iniciativas promovidas pelo movimento, no intuito de amenizar a violação dos direitos e as consequências da implementação da obra:

- Reuniões nas comunidades para discutirem seus problemas à luz da palavra de Deus;
- Abaixo-assinado dirigido ao coronel do 3º BEC, reivindicando a suspensão do banho público, iniciado nas propriedades privadas pelo capitão, responsável pelas obras da barragem prejudicando toda a população residente de maneira mais direta as comunidades de Malhada Grande e Curral Velho;
- Ida ao batalhão de dois representantes das comunidades para a entrega do abaixo-assinado ao coronel (foram atendidos), o banho foi suspenso;
- Entrada com uma ação judicial – Justiça Federal – Ação de reintegração de posse cumulada com indenização. (24 proprietários).

Após a resistência, denúncias e lutas travadas, conseguiu-se a indenização inicialmente para as 24 famílias que acionaram a justiça, reparação concedida posteriormente ao conjunto das famílias atingidas.

Após esse trabalho inicial o MEB avança no processo educativo e organizativo na região de Picos, consolidando-se como um importante sujeito político e multiplicando suas ações e iniciativas, a partir de três principais eixos de atuação: Assessoria aos movimentos sociais; Assessoria sindical e Alfabetização de jovens e adultos. Vale ressaltar que a prática do MEB procura mobilizar e materializar os fundamentos e o legado da educação popular e da teologia da libertação, incorporando junto ao acúmulo nacional forjado pelo MEB as particularidades locais da região e os aprendizados e experiência dos próprios trabalhadores.

Observamos a partir do importante documento “Avaliação Pastoral da Diocese de Picos”⁹ os dilemas e tensões que a Igreja se deparava nas comunidades e localidades da região

⁸ LIMA, Helvídio João de. *Entrevista concedida a Hortência de Moura Costa*. Picos-PI: 09/02/2014.

ao planejar e realizar suas atividades pastorais, dentre elas: a questão do êxodo rural que atingia em especial os jovens; as barreiras e dificuldades para um maior engajamento e participação das famílias nas ações promovidas pela Diocese e a cultura já consolidada de um certo “catolicismo popular tradicional”, que bloqueava, de certo modo, as inovações e novidades propostas pelas lideranças católicas.

Segundo os pesquisadores dessa avaliação, algumas iniciativas foram decisivas para a mudança qualitativa e quantitativa da atuação da Igreja Católica em Picos, com destaque à criação da Pastoral da Saúde, da organização da Comissão Pastoral da Terra, da formação e fortalecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, do desenvolvimento de projetos agrícolas alternativos na zona rural e a própria atuação do MEB, difundindo e enraizando a doutrina social que constitui a práxis política e educativa da teologia da libertação.

Muitos projetos foram desenvolvidos pelo MEB na década de 1980, a exemplo do Projeto Sementes, que visava auxiliar as famílias com a distribuição de sementes de feijão, milho, arroz e manivas de mandioca, beneficiando cerca de 230 famílias. Assim as ações do MEB permearam por todos os anos da década de 1980 e prosseguiu durante a década de 1990.

Dessa forma, na contramão da avalanche neoliberal dos anos de 1990, marcada pelo avanço de forças conservadoras e pelo descenso das lutas sociais, o MEB com todas as dificuldades e contradições conseguiu desenvolver vários projetos e iniciativas nessa década. Para Netto (1995), o neoliberalismo representa:

Uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável. É uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia (...). No plano ídeo-cultural mais amplo, a ofensiva neoliberal contrapõe-se abertamente à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da igualdade civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades entre os indivíduos no plano econômico e social (...) (p. 77-78).

A partir dos relatórios anuais do MEB referentes aos anos de 1992 e 1993 observamos o vigor da atuação do movimento na região de Picos, naqueles eixos principais de ação. As três primeiras tabelas demonstram as atividades desenvolvidas pelo MEB no ano de 1992, no

⁹ Trata-se de uma pesquisa coordenada por Maria das Dores Rufino Costa, Elizabete Valle e Rogério Valle, publicada em 1990, atendendo a um pedido da Diocese de Picos, sob assessoria do Instituto de Estudos da Religião- ISER, a partir do programa de assessoria às organizações de base e entidades ecumênicas.

âmbito da assessoria sindical, da assessoria aos movimentos populares e na alfabetização de jovens e adultos, respectivamente:

Movimento Sindical

Discriminação	Quantidade
Sindicatos	4
Reuniões	20
Encontros	1
Assembleias	1
Cursos	1
Eleições Sindicais	3
Manifestações Públicas	2

Fonte: Relatório Anual de 1992, p. 59.

Movimentos Populares

Discriminação	Quantidade
Federação	1
Município	2
Associações	3
Reuniões	25
Manifestações	2
Plenárias	2

Fonte: Relatório Anual de 1992, p. 60

Alfabetização de jovens e adultos

Discriminação	Quantidade
Alfabetização Total de Municípios	3
Turmas	13
Alfabetizandos Iniciais	299
Alfabetizandos Finais	152
Alfabetizandos (evasão)	33%
Treinamentos	3
Reuniões	13
Encontros	2

Fonte: Relatório Anual de 1992, p. 62

Já as tabelas seguintes expressam as atividades promovidas pelo MEB no ano de 1993:

Alfabetização de Jovens e Adultos

Especificação do local	Nº de turmas	Nº de alfabetizados iniciais	Nº evasão	Nº alfabetizados efetivos	Nº Pessoas Alfabetizadas	Nº Integração das organizações	Não integram
Picos	3	54	26	28	28	12	16
Santo Antônio de Lisboa	4	71	20	51	50	40	11
Padre Marcos	6	142	38	104	104	90	14
Francisco Santos	6	105	48	57	55	37	18
Jaicós	9	188	44	154	154	50	104
TOTAL	28	560	176	394	391	229	163

Fonte: Relatório Anual de 1993, p. 71

Movimento Sindical

Organização	Especificação da organização	Atividades	Nº de realizações	Área de atuação das organizações		Nº Pessoas atingidas		Carga Horária
				Zona Rural	Zona Urbana	Diretamente	Indiretamente	
STR - Bocaina	Sindical	Assessoria Formação	08 04	X	X	50 04	200 37	64 40
STR - Francisco Santos	Sindical	Assessoria	03	X		40	600	16
STR - Sto. A. de Lisboa	Sindical	Assessoria Formação	04 01	X		37 25	500 180	18 16
SINTRATEP	Sindicato de operários	Assessoria	05	X		25	600	10
Sindicatos da Região	Sindical	Formação Assessoria	01 02	X		25 57	300 3.6000	16 28
COOASUL	Cooperativa de pequenos produtores	Atividade de formação	01	X		25	320	6

Fonte: Relatório Anual de 1993, p. 72

Movimento Popular

Organização	Especificação da organização	Atividades	Nº de realizações	Área de atuação das organizações		Nº Pessoas atingidas		Carga Horária
				Zona Rural	Zona Urbana	Diretamente	Indiretamente	
FAMCC - R. Sul	Movimento Popular Comunitário	Reuniões Plenária Estudo Audiências	15 02 02 03	X	X	17 110 10 30	150 430 60 79	45 08 20 08
Movimento Popular Organizado	Bairro, saúde, negros, mulheres	Curso sobre concepção e prática do MP	01	X		26		72

Pro-Central	Idem	Debate	01	X		48		02
		Plenárias	03			200	600	24
		Congresso	01			1.500		24
Comitê Contra Fome e Pela Vida	Movimento Social	Debates	02	X		90	250	06
Comissão Pró-Plebiscito	Movimento Social	Debate	01	X		250	1.200	03
		Reuniões	10			2.500	12.000	20

Fonte: Relatório Anual de 1993, p. 72

Os dados acima explicitam o intenso protagonismo do MEB nos primeiros anos da década de 1990 na região de Picos para as lutas e mobilizações da população, em particular no meio rural. Tendo como prioridades a assessoria às organizações populares e a alfabetização de jovens e adultos, os relatórios e depoimentos que tivemos em nossa disposição, atestam a procura e preocupação permanente em se garantir a coerência entre as práticas educativas e o “método Paulo Freire”.

Fica evidente que a concepção do trabalho de assessoria do MEB em Picos condiz com a perspectiva freireana de diálogo e comunicação, distanciando-se do modelo predominante de assessoria técnica promovida por entidades públicas e privadas. Estas reproduzem valores e relações de poder pautadas no autoritarismo e na opressão, o que Freire denominou de “Educação Bancária”. Já o MEB procura construir desde as atividades formativas e organizativas um projeto educativo, e também político, libertador e emancipatório.

Tal projeto é alicerçado pelos princípios e horizontes educacionais forjados a partir do legado dos movimentos de educação popular e da teologia da libertação, dentre eles: a dialogicidade, a fidelidade ao povo, a conscientização, o trabalho de base e a transformação social.

Outro aspecto observado recai sobre o papel das lideranças à frente do MEB. Na nossa avaliação, esses sujeitos, orientados pelos princípios acima elencados, atuam em consonância com o que Freire denominou de “liderança revolucionária” e/ou o que Gramsci classificou como “intelectuais orgânicos”. Ou seja, tais lideranças, procuram estabelecer uma relação dialógica e horizontal com os trabalhadores, ao mesmo tempo, estimulando e direcionando a

ação política das organizações e entidades da região sob as estratégias e delineamentos traçados pelo movimento em âmbito local, regional e nacional.

No capítulo seguinte, a perspectiva é apresentar como se deu a relação entre as ações da Diocese de Picos e do MEB com o movimento camponês da região do Vale do Guaribas, principalmente no que diz a respeito à visão teológica-social da questão agrária no Brasil, em particular no Nordeste. A partir disso, será possível vislumbrar com mais clareza o horizonte e linha política/educativa do MEB de Picos na organização do movimento camponês.

CAPÍTULO II – O MEB E SUA RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA: FORMAS DE ATUAÇÃO, PROJETOS E INICIATIVAS NA MACROREGIÃO DE PICOS

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar as principais iniciativas desenvolvidas pelo MEB junto aos camponeses da região de Picos (PI). Com base nos aspectos históricos delineados no tópico anterior, a perspectiva é apreender as contribuições do movimento aqui pesquisado no que alude aos métodos de trabalho (em geral, de inspiração freireana e da Teologia da Libertação), as formas de atuação, as pautas de reivindicação dos trabalhadores e as experiências de resistência coletiva a partir de sujeitos que participaram ativamente de tais processos.

Para tanto, inicialmente apresentaremos um panorama geral da questão agrária no Brasil e no Piauí, no intuito de elucidar as determinações mais gerais que impulsionam a resistência camponesa entre nós. Em seguida, no segundo tópico do capítulo, expõe-se e problematiza-se as ações do MEB em suas três frentes de atuação: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Movimento Sindical e Movimento Popular. Tudo isto, do ponto de vista metodológico, será mediado pela interlocução direta com as entrevistas realizadas com militantes do MEB nas décadas 1980/1990.

2.1. Questão agrária nas realidades brasileira e piauiense: desenvolvimento histórico e tendências recentes

A questão agrária¹⁰ constitui um problema tão antigo quanto atual na sociedade brasileira. Sua história - marcada por tensões, conflitos, lutas populares e massacres -

¹⁰ Bernardo Mançano Fernandes (2008) sustenta que a questão agrária é um problema estrutural do modo capitalista de produção que é resultado da lógica de reprodução ampliada do capital “que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, como por exemplo, a propriedade da terra, o dinheiro e a tecnologia” (p. 43).

confunde-se com a própria história do País. A rigor, os períodos mais significativos da história nacional, em geral, e da história do Piauí, em particular, estão influenciados em alguma medida pela questão agrária e pelo imperativo da luta pela terra – “[...] da monarquia à República, do Estado oligárquico ao populista, do populista ao militar, na crise da ditadura militar e nos movimentos e partidos” (IANNI, 1984, p. 07). As formas de Estado, a literatura, a política, o estatuto cultural e a organização econômica constituem, por exemplo, elementos centrais da sociedade brasileira cuja explicação torna-se impraticável se não considerada a dinâmica processada no campo.

Nossa história está marcada, incontestavelmente, por conflitos e revoltas populares relacionadas à distribuição, à propriedade, à posse e ao uso da terra. A Guerra de Canudos (1896-1897) no Nordeste, a Guerra do Contestado (1912-1916) no Sul, a Guerra do Formoso (1950-1960), no Centro-Oeste são alguns dos mais importantes episódios dessa história. Estes processos de tensão e conflito resultam, em suma, do fato de que elites no país apropriaram-se privadamente de nossa imensa extensão de terras, concentrando a produção social em suas mãos, através de uma profunda exploração do trabalho.

Na esteira do pensamento social, intérpretes inscritos em variadas perspectivas (antagônicas, inclusive) questionaram-se, de modo recorrente, sobre a centralidade do “agrário” na constituição do Brasil¹¹. Preocupações diversas – como a colonização, o escravismo, as oligarquias, os clãs, o parentesco, a casa-grande, as relações de classe e propriedade, o coronelismo e o compadrio, a revolução burguesa – encontraram-se com o eixo da questão agrária em formulações clássicas como as de Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Caio Prado Júnior (1907-1990), Florestan Fernandes (1920-1995) e Jacob Gorender (1923-2013).

Dentre estes, parece-nos evidente que, particularmente em Caio Prado Júnior¹², a questão agrária aparece como um fio condutor em suas formulações mais generalizantes sobre

¹¹ Para Stédile (2005), a discussão sobre a questão agrária pode ser interpretada sob diferentes perspectivas, política, econômica, social, geográfica e histórica, dentre outras, mas, que em síntese podem ser aglutinadas em torno das questões que discute “a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (p. 18).

¹² Trata-se de um dos maiores intérpretes da realidade brasileira, cujo legado demanda, além do devido reconhecimento, uma recuperação necessária para desvendar e superar dilemas do presente, muitos dos quais, dialeticamente, são os mesmos do passado. Há uma preocupação sistemática desse autor em decifrar as contradições sociais no campo sob a perspectiva dos “de baixo”, num contexto intelectual informado pelos primórdios da chegada do marxismo no Brasil. À época, não existia o pensamento marxista na Universidade brasileira. Este se restringia, fundamentalmente, à luta política revolucionária. Caio Prado Jr. foi ousado e

o Brasil, presentes nos clássicos *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966), bem como nos ensaios escritos pelo autor sobre o campo brasileiro e a reforma agrária, escritos entre 1960 e 1964, reunidos e publicados pela Editoria Brasiliense com o título *Questão agrária*.

O *Sentido da Colonização*, pontapé da análise presente em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942 [1976]), expõe uma das principais teses de Caio Prado Júnior. Era impensável, do seu ponto de vista, em pleno século XX, entender a configuração da formação brasileira sem apreender as determinações da forte herança colonial. Explorar teoricamente o *sentido da colonização* significa, assim, ter em mãos uma chave para a devida interpretação do caráter inicial e geral da formação econômica brasileira e, por conseguinte, dos condicionantes estruturais da questão agrária e das tensões de dimensão política que fazem da luta pela terra um pilar central da organização popular na realidade nacional.

Nessa direção, o autor é primoroso ao inserir no rol do pensamento social brasileiro uma interpretação histórica que articula passado e presente mediante a combinação entre determinações internas e externas. Ao prezar pela dimensão da universalidade e evitar particularismos, Caio Prado sustenta a ideia de que a colonização assumiu a condição de capítulo do desenvolvimento do comércio continental europeu.

Nesse entendimento, a narrativa da colonização não é simples e limitadamente a chegada e a consolidação dos portugueses no Brasil em “descobrimento”. Pelo avesso, o autor concebe a colonização como sendo artefato de um processo mundial de expansão do capitalismo em sua fase mercantil. Para os colonos europeus, representantes natos do padrão de dominação externa então imperante, o Antigo Sistema Colonial (FERNANDES, 1973), a tarefa máxima que lhes incumbia era tirar o máximo de proveito dessa expansão mercantil. Daí a necessidade de implantação de uma grande empresa colonizadora nos trópicos, cujas condições geográficas extremamente favoráveis à agricultura são inegáveis. Não por acaso,

As colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de povoamento [...], escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma

rigoroso. Categorias centrais do arcabouço teórico-metodológico da perspectiva inaugurada por Marx e Engels aparecem com cuidado e zelo no conjunto de sua obra, sempre preocupada com os dilemas concretos do povo de seu país. Carlos Nelson Coutinho (1989, p.131) está correto ao destacar que “[...] sem a obra de Caio Prado [...] a interpretação marxista do Brasil seria hoje substancialmente pobre”.

sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados (PRADO JR., 1976, p. 31).

Eis as bases históricas do tipo de colonização “à brasileira”: a *colônia de exploração* (PRADO JR., 1976). O intuito dos colonizadores era, de fato, constituir entre nós uma empresa comercial, erigida sob a lógica do lucro, mais complexa em relação à antiga feitoria, que explorasse em larga escala os recursos naturais, em proveito do desenvolvimento capitalista na Europa. Povoaram o território de acordo com as necessidades mercantis e estabeleceram uma organização produtiva na qual o alicerce econômico mais vasto e estável para tamanho domínio era a agricultura.

O padrão adotado para a exploração da força de trabalho - a escravidão - é também essencial para entender o “sentido” da colonização. O esforço físico constrangido do trabalhador escravo consistia num aspecto revelador, ponto de partida, do limite de sua própria condição material, de modo que tal estatuto de exploração jamais possibilitaria, segundo Prado Jr. (2000), educar o indivíduo ou prepará-lo para um plano de vida humana mais elevada. “Não lhe acrescentará elementos morais; e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que por ventura tivesse trazido de seu estado primitivo.” (PRADO JR., 2000, p. 355). O braço escravo era, ao fim e ao cabo, conforme admite parcela considerável da produção historiográfica nacional, pura capacidade de trabalho, em sintonia ao padrão de desenvolvimento econômico consolidado entre nós.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. **É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira** (id., p. 31-32, grifo nosso).

Em suma, forja-se no Brasil a organização de uma economia interna “voltada para fora”, sob as bases de uma vasta empresa comercial cujo padrão adotado para a exploração da

força de trabalho é devastador para os trabalhadores. São com tais contornos, reveladores do sentido da colonização, que o País se constitui no bojo da expansão do capitalismo no cenário internacional, tese esta que contrariou, à época, as leituras predominantes na esquerda brasileira.

Há desdobramentos teóricos dessa formulação, inclusive no campo debates da questão agrária. Os anos 1960 foram marcados por intensos debates, especialmente no interior da tradição comunista, sobre os fundamentos históricos de sua estrutura social, política e econômica. Presenciava-se, vale lembrar, uma conjuntura particularmente agitada em torno das reformas de base, de organização das forças populares¹³. O tema da questão agrária, em razão de sua centralidade no acirramento das lutas de classes nesse contexto (recorde-se a expressividade das Ligas Camponesas, particularmente no Nordeste), estava no âmago da conjuntura. Por esse motivo, as elaborações em torno do campo brasileiro remeteram às questões de fundo da formação histórico-social, num plano analítico mais geral.

O epicentro desse debate foi, sem dúvidas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A dinâmica localizada na luta política exigiu que o Partido desenvolvesse uma interpretação mais consistente sobre a estrutura agrária. Até então, predominava a leitura terceiro-internacionalista, que em sua fase stalinista sugeria uma interpretação dos países subdesenvolvidos com base no que se pode classificar como “esquema da escada”: modo de produção primitivo – modo de produção asiático – escravismo – feudalismo – capitalismo – socialismo.

Segundo esse raciocínio, as formações sociais dependentes possuiriam uma espécie de “herança feudal” que deveria ser substituída por condições especificamente capitalistas, numa espécie de “evolução” histórica que conformaria um operariado forte através da generalização do trabalho livre, do trabalho assalariado. A mediação estratégica para tal fim seria a etapa “democrático-burguesa” da revolução socialista.

¹³ Episódios históricos de relevo marcaram esse cenário. Ianni (1987, p. 109) elenca os seguintes: “[a] condecoração do Ministro da Indústria e Comércio de Cuba Socialista, Ernesto Guevara, pelo presidente da república Jânio Quadros; a crise política nacional provocada com a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de impedir a posse do então vice-presidente João Goulart; a atuação política crescente de órgãos como: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Liga Democrática Radical (LÍDER), Patrulha Auxiliar Brasileira (PAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), etc.; a difusão programa da ‘doutrina da guerra revolucionária’, como se ela estivesse sendo posta em prática pela esquerda brasileira; a manutenção obstinada das relações do Brasil com Cuba Socialista; [...] as tentativas de golpes de Estado; [...] o comício do dia 13 de março de 1964; [...]~a presença crescente da esquerda na vida política nacional”.

Durante anos, a análise de conjuntura do PCB identificava dois inimigos centrais que impediam um progresso industrial verdadeiramente brasileiro: i) o imperialismo (força externa); ii) o latifúndio improdutivo (força interna). Portanto, a política de alianças dos comunistas no País deveria abarcar uma “burguesia nacional” que para Prado Jr. (1978) nunca existiu de fato, a não ser como mito para justificar teorias preconcebidas.

Essa proposta interpretativa, além de reproduzir um esquematismo evidente, estabelece uma hierarquização historicamente inviável entre o operariado e os camponeses. O operário representaria, sob esse ponto de vista, a “positividade histórica”, enquanto os trabalhadores do campo assumiriam um papel (supostamente) secundário para o triunfo operário. Não foi bem isso que as experiências históricas concretas das revoluções socialistas do século XX demonstraram, sobretudo na América Latina.

Em parte, resguardadas as devidas mediações, é em razão da posição pecebista que a intensidade da discussão sobre a questão agrária no Brasil obtém um ritmo acelerado no limiar dos anos 1960, a provocar o que é convencionalmente chamado de “debate agrarista”¹⁴. No âmbito da tradição socialista, destacaram-se as formulações de Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré.

Caio Prado Júnior foi contundente na crítica à caracterização “feudal” ou “semifeudal” da formação econômico-social brasileira. Para esse autor, a avaliação majoritária do PCB consistia, em poucas palavras, na partilha de uma análise evolucionista do Brasil feita “de fora” do Brasil. Uma espécie de equação rapidamente assimilada pelo senso comum, mas largamente distante da história factual. Com fidelidade à fonte, o autor declara exatamente o seguinte:

“Feudal” tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso [...] escravismo e feudalismo não são a mesma coisa, e no que se refere à estrutura e organização econômica, constituem sistemas bem distintos. E se distinguem sobretudo no que concerne ao assunto de que estamos tratando, isto é, a natureza das relações de trabalho e produção e o papel que essas relações desempenham no processo político-social da revolução (PRADO JR., 1976, p. 42-43).

¹⁴ Uma organização sistemática desse debate pode ser consultada em Stédile (2011), no primeiro volume da coletânea *Questão agrária no Brasil*; e também em Welch et al. (2009), em coletânea intitulada *Camponeses brasileiros*.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942 [1976]) e em *História Econômica do Brasil* (1945 [1987]), o historiador assevera que a nossa formação desponta o processamento de uma *economia de caráter agroexportador*, cujo ordenamento da produção é definido pelas demandas comerciais do desenvolvimento capitalista na Europa, em sua fase mercantil. É, pois, em cumprimento a essas exigências que se estrutura o pacto colonial com sua tríade latifúndio-monocultura-escravidão.

O autor observa, a nosso ver acertadamente, que o Brasil, assim como a América Latina em seu conjunto, participou decisivamente, de modo contraditório e desigual, de um projeto muito mais amplo que as dinâmicas processadas no plano interno: o de expansão do capitalismo, desencadeado pelo continente europeu. É óbvio que as colônias de exploração latino-americanas não desenvolveram um modo de produção especificamente capitalista concomitante à Europa. Insistir nisso seria grosseiro, além de empiricamente inconsistente. Contudo, as colônias configuraram um elo fundamental da expansão do capitalismo, tema este que referencia as relações centro-periferia.

Na perspectiva de Prado Jr., “seria mais acertado e adequado falar em restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas ou semi-servis” (PRADO JR., 1978, p. 67). Duas razões explicam isso: i) o autor não enxergava na realidade brasileira elementos fundamentais do funcionamento econômico e produtivo de uma sociedade feudal, como é o caso do sistema de trocas restritas e da predominância da produção local/familiar; ii) a condição de exploração da força de trabalho (elemento chave na conformação de um determinado modo de produção) distingue-se em larga medida do ordenamento feudal, de modo que, no entendimento do autor, “as brutais formas de exploração do trabalho na agropecuária brasileira não derivam de nenhuma circunstância de ordem institucional ou jurídica, de estatutos pessoais distintos, de enraizadas tradições, como se insinua e dá entender ao falar em ‘relações feudais’” (p. 68). Há, aí, um elemento de máxima importância em relação à questão agrária. Para Prado Júnior, as dolorosas marcas impregnadas na história dos trabalhadores do campo no Brasil são herança da adoção multissecular do trabalho escravo, e não de relações sociais feudais.

Mas a divergência do autor com o “feudalismo brasileiro” não era tão-somente de ordem teórica. Ao combater essas teses, estava seriamente preocupado com as consequências práticas dessas elaborações, que de fato existiam. As graves distorções para o debate da

reforma agrária ilustram perfeitamente essa questão. Senão, vejamos: considere-se, por exemplo, que segundo o “esquema da escada” (delineado anteriormente), os “restos feudais” deveriam ser substituídos por condições tipicamente capitalistas, tal qual previam os defensores do modelo “democrático-burguês” de transição ao socialismo. Admitir-se-ia, em tal raciocínio, na plataforma da reforma agrária, a transição de trabalhadores meeiros (alusivos ao modo de produção feudal) para trabalhadores assalariados (a mais evoluída forma de trabalho especificamente capitalista). De modo etapista e sem qualquer espécie de mediação histórica, a luta pela reforma agrária seria parte da consolidação de um capitalismo maduro no Brasil, quase um “tipo ideal” para a transição ao socialismo¹⁵.

Inevitavelmente, esse debate conduz-nos ao caráter da exploração agrária no Brasil, bem como às relações e condições de trabalho historicamente imperantes no campo brasileiro. E a propósito, estamos convencidos de que é a própria tese do *sentido da colonização* a reveladora da natureza do desenvolvimento do espaço agrário nacional. A lógica da produção em larga escala, organizada em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações – é, a rigor, marca medular de nossa formação agrária. Para que o ciclo viabilizador da demanda colonizadora se reproduzisse, o monopólio da terra constituía um pré-requisito. Em bases essencialmente mercantis, desenvolveu-se uma estrutura agrária com acentuada concentração da propriedade da terra.

Segundo Caio Prado Jr., há dois aspectos que indicam os “sucessos” da exploração agrária no Brasil: 1º) a larga quantidade de terras disponíveis, “em cuja apropriação não concorreu com o número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária do País, e que se tornaria sua classe dominante”¹⁶; 2º) “a disponibilidade de força de trabalho, fornecida aos grandes proprietários pela massa da população rural que se formou e constituiu [...] pela incorporação dos indígenas, pelo tráfico africano”. Tal modelo de desenvolvimento agrário condensa seu êxito comercial, desta maneira, nas grandes extensões de terras e na facilidade abundante de força de trabalho a baixíssimo custo.

¹⁵ Para uma leitura minuciosa e com rigor trato teórico da relação entre agricultura e socialismo, cf. coletânea organizada por Coutinho e Albuquerque (1988), em especial, os dois artigos de Ivan de Otero Ribeiro.

¹⁶ Ainda nesse trecho, é interessante o acréscimo do autor em relação aos trabalhadores escravos: “A massa escrava, mais tarde, apenas recém-egressa da escravidão, bem como os imigrantes que a partir do século passado [XIX] vieram reforçar os contingentes de trabalhadores do campo brasileiro, nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação” (PRADO JR., 1978, p. 25).

No artigo *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil* (1960 [1978]), o autor sintetiza que a natureza da economia rural brasileira reside no domínio da grande exploração agropecuária, sendo a concentração de propriedade fundiária (o latifúndio) o tipo de estrutura agrária adequada às pretensões desse modelo¹⁷. É sob essas bases que a agropecuária no Brasil se torna um “bom negócio”, a carregar consigo a profunda contradição entre a apropriação privada das riquezas em um polo e a concentração de pobreza noutro.

Aliás, se há uma característica que atravessa toda a história dos trabalhadores do campo no Brasil, sejam estes escravos, lavradores ou assalariados, é a extrema precariedade das condições de vida e das relações de trabalho. De tal modo, o pauperismo no qual as massas do campo se veem inevitavelmente compelidas expõe não somente a impotência de um desenvolvimento agrário fundamentalmente antinacional e antipopular, mas, também, as sequelas brutais de uma organização produtiva que tende a corroer a força de trabalho o máximo que se possa.

Essa contradição constitui-se, a nosso juízo, como fundamental para um devido entendimento da questão agrária, ou ainda, da formação e expansão do capitalismo no campo brasileiro. Prado Jr. (1978), a certa altura de suas elaborações, conclui que, no Brasil, “[...] o desenvolvimento agrícola e as condições de vida do trabalhador rural não se acham direta e necessariamente relacionados”(Ibid., p. 29). Essa síntese a que chega o pensador tornou-se elementar para os estudos posteriores feitos pelo marxismo brasileiro no que tange à organização produtiva, à estrutura econômica, às relações de trabalho no campo e à natureza da revolução burguesa no Brasil. O que está por trás dessa identificação é, na verdade, uma antecipação do que mais tarde serviria como sustentáculo da tese da “modernização conservadora” contida na formulação de Florestan Fernandes (2006), assim como da incorporação da ideia de “desenvolvimento desigual e combinado” aos estudos sobre a realidade brasileira. Em termos de conteúdo, são estas as tendências reveladoras e particulares, do ponto de vista mais estrutural, sobre uma formação econômico-social amalgamada entre o “moderno” e o “arcaico”.

Processa-se em nossa economia agrária, ao fim e ao cabo, simultaneamente, um progresso técnico-científico significativo objetivado na esfera da produção (mediante o

¹⁷ É fato que a maior parte dos termos utilizados nesta parte do texto remete a temas recorrentes nas análises sobre o universo agrário, particularmente na realidade nacional. Nesse sentido, vale a referência à contribuição de Motta (2005) mediante a organização do *Dicionário da terra*, publicado pela Civilização Brasileira.

investimento em capital constante) e a manutenção de condições de trabalho degradantes. Desse modo, a incorporação de tecnologias na agropecuária brasileira possui a finalidade mais conveniente às classes dominantes que aqui amadureceram: a elevação do nível de concentração de riquezas. É a rentabilidade da agricultura que está em jogo desde então. Exclusivamente isso.

Sob esta angulação, encaminha-se no espaço agrário brasileiro, no século XX, uma “modernização” que revela a mesma intencionalidade predominante de todo o período colonial: *a exploração agrícola associada à concentração de terras tende, a depender de circunstâncias conjunturais determinadas, a se ampliar intensiva e extensivamente*. A finalidade reside em absorver o máximo de terras aproveitáveis, abolindo lavradores autônomos (proprietários ou não), bem como a agricultura estritamente alimentar. Complicam-se, conseqüentemente, “as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio” (Ibid., p. 31).

A indubitabilidade dessa natureza adquire ainda mais sentido ao se ponderar as particularidades mesmas do assalariamento da força de trabalho no campo brasileiro. Regra geral, esse processo se efetuou sem alterações mínimas nas relações entre o estatuto do trabalhador e o proprietário. A novidade mais palpável de tal transição consiste no fato de que o pagamento da força de trabalho na agricultura ocorre, a partir de então, pelo salário, e não mais pelos “benefícios” antes concedidos ao trabalhador escravo ou lavrador – como era o caso, por exemplo, da utilização das terras do proprietário e da participação no produto.

Nesse “novo” arranjo, a lógica de contratação da força de trabalho mais profícua às classes possuidoras era a *locação de serviços*, inegavelmente instável numa perspectiva minimamente progressista da legislação trabalhista. Tratava-se de um momento de transição da dinâmica produtiva, é verdade. Houve, afinal de contas, a abolição legal da escravidão. Mas seria ingênuo demais pensar que os “donos do poder”, numa analogia ao clássico de Raymundo Faoro, não tirariam proveito do que mais vantajosamente a tradição escravista lhes propiciara. É tanto que, mesmo no *Brasil contemporâneo* analisado por Prado Jr., a remuneração da força de trabalho assume formas não monetárias, por conveniências práticas da parte dos proprietários dos meios de produção.

Com base nesses elementos do movimento histórico, o que se apresenta no terreno das relações entre proprietários e ofertantes da força de trabalho no campo brasileiro é um *mercado livre de trabalho*. Daí a inexistência de caracteres “feudais” ou “semifeudais” nas relações sociais de produção na agropecuária. Se há procedência na hipótese de que a escravidão serviu de base à organização de uma economia mercantil desde os momentos iniciais da colonização, é certo também que o amadurecimento destas relações veio acompanhado pelo componente *salário* enquanto modalidade de pagamento, bem ao contrário do que está previsto na típica condição feudal de intervenção peculiar do estatuto pessoal das partes.

Os aspectos mais gerais - do ponto de vista da estrutura - até agora apresentado conserva uma atualidade inequívoca, síntese do acirramento da questão agrária no Brasil em pleno século XXI. Ainda hoje, o Brasil se mantém como um dos países do mundo com maior concentração de terras. Cerca de 200 mil camponeses continuam sem ter uma área para cultivar (MST, 2016). O antigo latifúndio, responsável pelas extensas propriedades rurais, se renovou e hoje gerencia um moderno sistema do agronegócio. Este modelo trouxe para a agricultura um novo jeito de produzir, que representou a aliança entre os grandes proprietários de terra (fazendeiros capitalistas), os bancos (que forneceram os créditos) e as empresas transnacionais (que fornecem os insumos e controlam os preços e os mercados) (MST, 2016).

Expostos tais elementos, torna-se necessário, agora, apontar de que modo o Piauí se insere nesse emaranhado. Reconhecidamente, o Piauí é um Estado com características predominantemente rurais. Sua população vive em larga medida da agricultura alimentar. Conforme dados fornecidos pelo IBGE (2015), é possível constatar a expressiva quantidade de pessoas que ainda hoje vive no e do campo piauiense: 38% do total da população, o que corresponde 1.148.993 habitantes. Estes números colocam o Estado na segunda posição no Brasil em população rural, atrás somente do Estado do Maranhão.

Associado a isso, o Piauí está entre os Estados brasileiros que mais concentram terras. As “grandes propriedades” classificadas pelo INCRA representam 2,29% dos imóveis e ocupam uma área equivalente a 53,01% do total de área em hectare do Estado. Em seu conjunto, são 2.814 imóveis cadastrados pelo INCRA, sendo que somente 237 são considerados produtivos, ou seja, 2.577 não atingem os índices de produtividade determinados pela legislação federal.

Os imóveis classificados como Minifúndios representam, por sua vez, 67,11% dos estabelecimentos rurais. Entretanto, ocupam apenas 9,77% do total da área em hectares. A CPT avalia que 62,4% da área do total dos imóveis rurais no país é improdutivo. No Piauí, esse percentual chega a 49,54%, de acordo com os dados do próprio INCRA (2014).

Primeiro Estado brasileiro a travar luta pela independência do Brasil, registra-se no Piauí indicadores socioeconômicos alarmantes, reveladores da brutal desigualdade social que acomete o Brasil, expressa, dentre tantas variantes, nos índices de analfabetismo (23% de analfabetos), de não acesso a terra e à vida digna.

Nos dias de hoje, os conflitos agrários estão disseminados em todo o território piauiense, em todas as suas mesorregiões, fruto do confronto de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários ou grupos empresariais. Expressão disto é a narrativa histórica que será problematizada logo adiante.

2.2.Principais iniciativas político-organizativas do MEB junto aos camponeses: lembranças e vozes dos sujeitos

A partir dos relatos de sujeitos que participaram ativa e diretamente das primeiras lutas e articulações do MEB na região de Picos, podemos apresentar e compreender a dinâmica das iniciativas político-organizativas que o Movimento empreendeu junto aos camponeses, com o foco nas três frentes de atuação prioritárias do MEB: a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Movimento Sindical e o Movimento Popular.

Para isso, realizamos entrevistas com cinco integrantes do MEB nas décadas de 1980 e 1990, são eles: Helvídio João de Lima¹⁸, José Emanuel de Oliveira¹⁹, Gertrudes Maria de Jesus Oliveira²⁰, Maria Verônica Meneses Monteiro²¹ e Maria Oneide Fialho Rocha²². Todos os relatos são provas vivas da riqueza e complexidade que perpassam o conjunto das ações

¹⁸ Natural do município de Bocaina, de um lugar chamado Sussuarana. Integrou-se ao MEB em 1982.

¹⁹ Conhecido com Zezé Oliveira é de Monsenhor Hipólito e começou a trabalhar no MEB de Picos no ano de 1992.

²⁰ Atuou no MEB a partir de 1993.

²¹ Professora aposentada, conhecida por Vera, trabalhou no MEB no período de 1982 a 1992.

²² Natural de Picos. entrou o Movimento a partir de 1992.

desenvolvidas na região e que procuraremos analisar, no intuito de desvelar a contribuição do MEB na organização dos camponeses na região de Picos.

Em todas as falas é explícita a relação entre as origens da atuação do MEB na região de Picos com a construção da barragem de Bocaina, como já havíamos apontado no primeiro capítulo:

Eu conheci o MEB no ano de 1982, quando estava acontecendo lá na região a construção do açude, conhecido como açude da Bocaina hoje. Na ocasião a empresa responsável pela construção, que era o 3º BEC aqui de Picos, havia iniciado as construções... tinha chegado lá sem muita comunicação com os moradores que ali moravam, inclusive chegaram derrubando cercas com os tratores e somente depois de um ano que estavam lá atuando foi que a diocese de Picos enviou um grupo de serviço MEB para acompanhar as famílias naquele momento dando orientação sobre os seus direitos e deveres que tinham naquele momento e a partir daí o pessoal foi se organizando também e as coisas foram clareando sobre a luta que deviam enfrentar naquele momento para que seus direitos fossem respeitados, dentro daquilo que se desejavam (Helvídio).

Nós acompanhávamos o movimento da barragem de Bocaina, que foi uma... a construção da barragem teve um período muito ruim pro pessoal, pros moradores das margens do rio se mobilizaram pra fazer... pra se opor aquela situação onde eles estavam sendo tirados das suas casas pra a construção da barragem. Então onde era que entrava o MEB aí? O MEB entrava como acompanhamento, orientação, no sentido de fazer com que o movimento achasse o caminho pra continuar aquele trabalho, pra continuar aquela luta. Consistia assim muito mais nesse sentido de ser mais... não um trabalho que a gente fosse fazer pelo movimento mas um trabalho de dar um apoio um apoio na mobilização que eles estavam fazendo (Gertrudes).

Então o primeiro trabalho foi na barragem de Bocaina, foi na época da construção da barragem de Bocaina que veio uma senhora lá do interior da Bocaina, pedir ao Bispo, quer dizer, fazer uma denúncia que estavam começando a construir a barragem entrando nas terras deles mas ninguém sabia o que ia acontecer. O Bispo nos pediu pra fazer um trabalho educativo junto com aquele povo né e assim nós atuamos na realidade lá de Bocaina reivindicando primeiro reintegração de posse, depois quando a obra tava muito adiantada, foi uma reivindicação de indenização justa e tinha todo um trabalho de educação, de conscientização das pessoas daquelas famílias; Mas o trabalho do MEB, era um trabalho com alfabetização, um trabalho com organização do povo, no início foi um trabalho mais de base, a gente convivia nas comunidades depois um trabalho mais de assessoria, assessoria na área de formação, de alfabetização de adultos, assessoria na área de formação sindical, assessoria na área dos movimentos sociais, das organizações populares de Picos (Maria Oneide).

Nesse sentido, está na própria gênese do MEB sua vinculação com a lutas e resistências dos camponeses, processo que vai se consolidando com o tempo e possibilitando a construção de atividades políticas, organizativas e formativas mais sistemáticas e promissoras, como podemos observar:

É interessante né, as reuniões que se faziam aí nas casas, debaixo das árvores, nos colégios, na Igreja, a discussão foi crescendo e desembocou para o surgimento de um sindicato, uma organização dos trabalhadores aí, parece que no ano de 87, depois do açude, nasceu o sindicato que permanece até então. O MEB foi influente nesse momento da reflexão, que gerou essa consciência nova nos camponeses chegaram a entender que precisariam se organizar enquanto categoria, organizar seu sindicato (Helvídio).

Na época nós vivia um processo de efervescência de criação de cooperativas produtiva, tinha várias associações de pequenos produtores e essas associações decidiram se transformar em cooperativas que pudessem tá comercializando a produção desses agricultores. E a gente participou de todo esse processo de capacitação, de criação de cooperativa e fortalecimento da parte organizativa (José de Oliveira).

(...) logo logo também foi criado aqui, foi organizado a FAMCC, a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários, a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, a CPT, a Comissão Pastoral da Terra, inclusive Dom Augusto ele foi presidente da Comissão Pastoral da Terra nacional, uma época queriam até prendê-lo. Então foi todo um trabalho conjunto junto com os trabalhadores rurais [...](Maria Oneide).

Percebemos, pelos relatos, o amplo leque de atuação do MEB que contemplava atividades desde a atuação sindical, incentivando e assessorando a abertura de entidades sindicais, passando pelo diálogo com outros movimentos e experiências de lutas dos trabalhadores e até mesmo no campo da produção agrícola, contribuindo com a organização de cooperativas de trabalho e comercialização.

Como demonstrado no capítulo anterior, a relação entre as experiências de educação popular, Teologia da Libertação, alternativas produtivas para a reprodução material dos camponeses e a criação de movimentos sociais do campo como o MST no Piauí encontram-se em unidade. Esta unidade representou, sem sombra de dúvidas, uma ação articulada de contribuição à organização e luta dos camponeses na região aqui estudada. O próprio processo de chegada do MST no Piauí se dá a partir de Picos, face às tensões políticas da luta pela terra

nessa região, o que inegavelmente formou uma geração de militantes da luta social no estado. A primeira ocupação de terra do estado, em São João do Piauí, na Fazenda Marrecas, se dá com apoio do MEB. Como podemos constatar a partir do depoimento de Oneide Rocha:

[...] o movimento dos sem-terra foi criado, quer dizer, foi, eles instalaram a sua sede em Picos pela luta da região e a primeira ocupação que teve no Piauí, saiu aqui de Picos, que foi lá na fazenda Marrecas e nós acompanhamos lá, nós dávamos, teve turma de alfabetização, quase todos os meses a gente ia a marrecas. [...] Uma das coisas assim que é valiosíssima é a convivência pra sentir a realidade do povo. (Oneide Rocha).

Há, evidentemente, uma processualidade histórica aí contida. O próprio surgimento do MST em Picos não se deu de modo imediato, de uma hora para outra. Pelo contrário, foi resultado de um profundo trabalho de base e mobilização junto aos trabalhadores sem-terra. Isso não se deu isoladamente, mas a partir da articulação com o MEB, afirmação esta que se estende para além do MST e abarca, além do mais, a própria criação da CUT, da FAMCC e da CPT. Enfim, um amplo trabalho desenvolvido em conjunto pelos trabalhadores na particularidade de um contexto amplo da luta de classes no Brasil nesse período histórico, conforme tratado no capítulo anterior. Daí se desencadeou processos pedagógicos de luta, organização e formação. Ocupações de terra, acampamentos, formações de base, formações de dirigentes. Tudo isto na perspectiva de fortalecer a organização popular no Piauí.

O MST, eles chegaram aqui em Picos e começou todo um processo, não foi assim de uma hora pra outra, começou todo um processo de trabalho junto com os trabalhadores sem-terra, mas isso sem ser isolado, era um trabalho articulado com o MEB, com o trabalho das irmãs, nós tínhamos as religiosas inseridas em Francisco Santos, em Simões, em Itainópolis, em Pio IX, em Paulistana, logo logo também foi criado aqui, foi organizado a FAMCC, a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários, a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, a CPT, a Comissão Pastoral da Terra, inclusive Dom Augusto ele foi presidente da Comissão Pastoral da Terra nacional, uma época queriam até prendê-lo. Então foi todo um trabalho conjunto junto com os trabalhadores rurais e também vendo.... Tinha terras que não eram produtivas, terras abandonadas aqui na região e foi vista essa em São João do Piauí. Inclusive houve todo um trabalho de articulação das organizações para que acontecesse essa ocupação. E o povo foi ocupou, passaram muita fome, muitas dificuldades e também além da ação, tinha um trabalho educativo (Oneide Rocha).

Outro foco dado pelo MEB foi a educação, em particular a Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando enfrentar os altos índices de analfabetismo na região, vinculado a um processo intencional de formação política e trabalho de base. É explícito, como podemos acompanhar, a referência direta à Paulo Freire e ao legado da Educação Popular, apontando também a dimensão pedagógica do trabalho desenvolvido pelo MEB e a relação orgânica entre a luta popular e a conscientização dos camponeses.

Naquela ocasião também, o MEB trabalhou com os adultos aquele método de estudo Paulo Freire e isso eu participei desses momentos na formação e acompanhando também como turma, foi importante para o surgimento dessa consciência nova junto aos camponeses. Um povo mais unido e um povo mais consciente dos seus direitos e seus deveres, nasceu como um trabalho de mutirão, pessoas que se ajudavam, cuidado para com o outro (Helvídio).

a gente trabalhava com a metodologia Paulo Freire, a gente trabalha com o método Paulo Freire que é um método que não só fazer um trabalho de qualquer jeito mas fazer um trabalho em que a pessoa tivesse ao mesmo tempo o aprender, mas a conscientizar também. Trabalhar a perspectiva da pessoa tomar consciência do seu direito, do seu valor de cidadão, da sua cidadania (Gertrudes).

Nós dávamos curso de formação sindical, curso de alfabetização de adultos já que em 1984 o IBASE, Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico, que Betinho era um dos coordenadores, foi feito uma pesquisa aqui e foi visto uma situação social gritante na região, o número de analfabetos, o número de crianças desnutridas, então nós investimos também na alfabetização de adultos tendo como metodologia, a metodologia político-pedagógica de Paulo Freire (Maria Oneide).

Identificamos, portanto, um processo de constituição de uma consciência coletiva dos trabalhadores, a *catarse*, na passagem da consciência que se encontra no nível *econômico-corporativo* para o momento *ético-político* (GRAMSCI, 2005). Em Freire, a passagem do senso comum (visão de mundo desarticulada) para uma visão de mundo crítica (sistematizada e coerente) é apresentada em muitas obras e textos. Podemos sintetizá-la a partir de três níveis de consciência: *ingênua – problematizadora – revolucionária*. Vale ressaltar que em Freire e Gramsci, esses processos de conscientização devem estar vinculados visceralmente a um projeto de transformação social, elemento que observamos na atuação do MEB em Picos.

Por esta razão, a conscientização é um projeto irrealizável pela direita, que, por sua natureza, não pode ser utópica. Não há conscientização popular sem uma radical denúncia das estruturas de dominação e sem o anúncio de uma nova realidade a ser criada em função dos interesses das classes sociais hoje dominadas. (FREIRE, 1981, p. 81).

Mesmo compreendendo que a “tomada de consciência” coletiva e/ou individual é fruto de um aprendizado concreto dos próprios sujeitos em relação com a situação de exploração e opressão na qual se encontram, ela não acontece de forma espontânea. Essa transição necessita de um intenso e paciente trabalho de organizações coletivas (partidos políticos, sindicatos, centros de cultura, jornais, etc.) no interior das contradições nas quais estão inseridas as massas populares.

Para Paulo Freire, a liderança revolucionária possui uma função ímpar no desvelamento da situação opressora e na anunciação de sua superação. Fundamentada numa *práxis* libertadora e em uma ação dialógica:

A liderança revolucionária, comprometida com as massas oprimidas, tem um compromisso com a liberdade. E, precisamente porque o seu compromisso é com as massas oprimidas para que se libertem, não pode pretender conquistá-las, mas conseguir sua adesão para a libertação. (FREIRE, 2005, p. 193).

E é com essa intencionalidade que agem as lideranças revolucionárias e os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, tendo como exemplo os sujeitos entrevistados. Analisa-se, enfim, perante o exposto, que o MEB cumpriu um papel fundamental no surgimento dos movimentos sociais na região de Picos, sobretudo por sua contribuição do ponto de vista pedagógico. O MEB é, portanto, parte da síntese histórica da luta popular na delimitação espacial aqui estudada. Este fato deve ser amplamente reconhecido, como parte de uma memória coletiva que envolve a vida de tantos trabalhadores do campo no estado do Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta monografia carregou consigo uma profunda preocupação concreta relacionada ao processo histórico, no qual se inclui a memória, dos principais elementos que explicitam as lutas e vivências do MEB junto aos camponeses da macrorregião de Picos. Tal desafio exigiu uma articulação das lutas desempenhadas pelos trabalhadores dessa região, em âmbito local, às determinações mais gerais que informam a configuração da questão agrária no Brasil.

A concepção de questão agrária assume, sem sombra de dúvidas, notória importância no percurso aqui traçado. Isto porque traduz, ainda hoje, um grave problema estrutural da sociedade brasileira, herança viva da colonização, síntese de uma formação histórica, social e econômica de um país destinado à satisfação de interesses externos, expressos, em breves termos, na posição dependente por nós ocupada na divisão internacional do trabalho.

A rigor, como ficou evidente ao longo do texto, existem diferentes formas de analisar a questão agrária. Nosso enfoque principal, aqui, consistiu na relação entre história e luta de classes. A comprovação disso está na centralidade assumida pelos camponeses no enfrentamento ao modelo de desenvolvimento agrário em vigência no Brasil. Esta escolha representa, portanto, uma forma específica de analisar a questão agrária.

Em geral, nos estudos da História, o termo “questão agrária” é utilizado para explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e controle dos territórios e a posse da terra. Esta afirmação possui, no entanto, uma dimensão extensiva, pois em termos mais amplos a “questão agrária” é utilizada, enquanto conceito, para designar uma área do conhecimento humano que se dedica à pesquisa e ao estudo dos problemas relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra nas mais diferentes sociedades (DICIONÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2012, p. 639).

Segundo Stédile (2005), por muito tempo o termo foi utilizado principalmente como sinônimo dos problemas agrários existentes e, mais reduzidamente, quando, em determinada

sociedade, a concentração da propriedade da terra impedia o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.

Na pesquisa exposta ao longo das páginas anteriores, há uma delimitação temporal específica: o contexto histórico dos anos 1980-1990. Esse lapso temporal é marcado por um conjunto de acontecimentos expressivos na sociedade brasileira. No que tangencia a luta de classes, elementos internos como a crise da Ditadura civil-militar, as lutas pela redemocratização, o surgimento de movimentos sociais e organizações políticas de caráter massivo conferem outro tom à dinâmica da realidade nacional. Experiências como a criação da CUT, o surgimento do PT, do MST, a rearticulação da UNE, as lutas pelas reformas de base, demonstram, por exemplo, o patamar mais geral que rege a análise aqui contida.

No primeiro capítulo, por exigência teórica do próprio objeto de estudo, o esforço analítico consistiu em apresentar a história do Movimento de Educação de Base no Brasil e sua constituição e atuação na macrorregião de Picos. Para tanto, realizou-se uma reconstituição da emergência e do desenvolvimento do MEB com as circunstâncias sócio históricas e econômicas do país e do estado, tendo em vista que este está inserido numa dinâmica mais ampla de lutas e contradições das conjunturas de cada época. Assim, construiu-se uma síntese interpretativa sobre este processo levando-se em consideração a dimensão de totalidade dos processos educativos, organizativos e políticos próprios do MEB e sua relação dialética com a história do país e do estado piauiense.

Nessa direção, nosso esforço procedeu na perspectiva de identificar as contribuições da Teologia da Libertação, enquanto expressão de um acúmulo por parte de um setor da Igreja Católica comprometido com os interesses populares e, por conseguinte, com a organização dos camponeses. Ponto forte desse aspecto, no que diz respeito ao MEB, é a incorporação e formulação dos métodos de educação popular, entendidos na condição de cruciais para o trabalho de base proposto pelo movimento aqui estudado.

Como derivação desses aspectos mais gerais, analisamos, logo em seguida, como procedeu a construção e a consolidação do MEB na região de Picos. Com base nos documentos pesquisados, discorreremos a propósito da forma de organização assumida pelo MEB em meio aquelas condições materiais concretas.

Esta discussão é, por sua vez, aprofundada no segundo capítulo do trabalho. O eixo sobre o qual recai a análise nesse momento do trabalho localiza-se nas contribuições do MEB aos métodos de trabalho de influência freireana e da Teologia da Libertação, bem como às formas de atuação, as pautas de reivindicação dos trabalhadores e vivências de organização.

Expõe-se, como mediação importante, um panorama geral da questão agrária no Brasil e no Piauí, com o objetivo de apresentar os elementos que impulsionam a resistência camponesa na região estudada. Passo este fundamental para discorrer sobre as ações do MEB em suas três frentes de atuação, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Movimento Sindical e Movimento Popular.

Nesta ocasião, a pesquisa vai para além dos documentos. Os próprios sujeitos que construíram esse processo assumem a cena. Do ponto de vista metodológico, a discussão e apresentação dos resultados é estimulada a partir da interlocução direta com as entrevistas realizadas com militantes do MEB nas décadas 1980/1990. Expõe-se as iniciativas, os desafios enfrentados, as angústias, as vivências, as conquistas, os tantos processos que envolveram a vida de tantos trabalhadores da macrorregião de Picos.

Enfim, a síntese contida nesta monografia demonstra, ao fim e ao cabo, um problema estrutural que acomete o Brasil – no caso, a questão agrária. Mas, mais do que isso, este trabalho demonstra o quanto as resistências, lutas e reações ao projeto das elites dominantes são expressivas em nossa história. Problemas e tensões que, embora analisados nos anos 1980 e 1990, persistem até os dias de hoje e atestam, por seu turno, a necessidade de profundas mudanças que toquem na estrutura social, política e econômica do Brasil. Trata-se do desafio de construir um Projeto de Nação que atenda aos interesses e às necessidades imediatas e históricas de seu próprio povo.

REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.
- BERLINCK, Manuel Tosta. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: Papyrus, 1984.
- BOFF, Leonardo. **O Caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas à terra prometida**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- COSTA, Maria das Dores Rufino; VALLE, Elizabete; VALLE, Rogério. **Avaliação Pastoral da Diocese de Picos**. Instituto de Estudos da Religião – ISER, 1990.
- DA SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- FÁVERO, Omar. **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Ed. Globo, 2006.
- _____. O que é revolução? In: In: PRADO JR., C.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida**. São Paulo: Villa das Letras, 2006.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- IANNI, Octavio. **A classe operária vai ao campo**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- _____. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **A luta pela terra**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- LIMA, Danilo. **Educação, Igreja e Ideologia: uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- MEB. **Cadernos MEB: A Alfabetização de adultos e o MEB no Nordeste**. Brasília – DF: Gráfica do MEB, 1987.
- MEB. **Relatório Anual**. Brasília – DF, 1992.

- MEB. Relatório Anual. Brasília – DF, 1993.
- MEB. Plano Trienal (1990-1992). Brasília – DF, 1990.
- MEB. Plano Trienal (1993-1995). Brasília – DF, 1993.
- MEDEIROS, Antônio José. **1968: uma geração contra a ditadura**. Teresina: Quimera Editora; Instituto Presente, 2014.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria social**. In CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- NÓBREGA, Lígia de Moura P. **CEBs e Educação Popular**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.
- PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma análise desde o**
Paulo: Brasiliense, 1980.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.
- _____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. A revolução brasileira. In: PRADO JR., C.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ROCHA, Maria Oneide Fialho. **Movimentos Sociais: ação sócio-política na região de Picos a partir da ação sócio-educativa do Movimento de Educação de Base – MEB, no período de 1985 – 1995**. Recife, 2011.
- STEDILE, João Pedro (org.). Igreja e problemas da terra. In. **A questão Agrária no Brasil – O debate na esquerda: 1960 – 1980** (volume 2). São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STÉDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil**. (Coletânea). São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VALLE, Rogério; BOFF, Clodovis. **O caminhar de uma Igreja nordestina: avaliação pastoral da Diocese de Picos**. São Paulo: Paulinas, 1983.

WANDERLEY, Luís Eduardo W. Educação Popular e processo de democratização. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs). **A questão política da educação popular**. São



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Erik Miller Alves Rodrigues,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Contos e vivências do MEB na organização dos
componeses na região de Picos - 1980/1990
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 18 de Julho de 2017.

Erik Miller Alves Rodrigues
Assinatura

Erik Miller Alves Rodrigues
Assinatura